

Diminui participação da região Sudeste no PIB

por Líliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

A participação da região Sudeste no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu de 59,07% em 1985 para 56,59% em 1994, enquanto a região Centro-Oeste aumentou sua fatia de 5,29% para 7,07% no mesmo período. A situação das demais regiões, Norte, Nordeste e Sul, se manteve praticamente inalterada. A mudança foi observada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, com base em dados levantados pelos institutos estaduais de pesquisa.

Oficialmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o responsável pelo cálculo do PIB regional, que serve de base para a distribuição das cotas dos fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM). O presidente do Ipea, Fernando Rezende, disse que o estudo foi feito para atender a uma demanda crescente por dados homogêneos da composição do PIB por estado. Segundo ele, os dados do IBGE são uniformes apenas no Censo Econômico, mas o último foi em 1985, portanto há 11 anos.

“Não constatamos grandes discrepâncias nos dados, mas sua atualização é importante para subsidiar a discussão do desenvolvimento regional”, disse. Rezende afirmou ainda que as desigualdades regionais no Brasil deram lugar às desigualdades intra-regionais. “Existem várias Amazônias e vários Nordestes. As regiões possuem pólos de desenvolvimento localizados que convivem com locais de extremo atraso.”

Na avaliação do Ipea, a crise da dívida externa, no início dos anos 80, interrompeu a recuperação de alguns estados, que estavam diminuindo

de sua distância em relação a outros. E a consequência disso foi o aumento das desigualdades regionais. De acordo com o estudo, a região Norte passou a ter 4,82% no PIB brasileiro, contra 4,35% em 1985. Pequeno crescimento também foi registrado no Nordeste – que pulou de 13,92% para 13,97%, no mesmo período. O Sul saiu de 17,36% em 1985 para 17,55% em 1994.

O Ipea também constatou que a maior renda per capita do País se localiza no Distrito Federal – US\$ 7.089 –, bem acima dos US\$ 4.666 do segundo colocado, o Estado de

São Paulo, e da média brasileira de US\$ 3.579. O Piauí é o estado com a menor renda per capita – US\$ 835 –, precedido pelo Tocantins – US\$ 901 – e Maranhão – US\$ 1.055.

O desempenho do Distrito Federal é atribuído basicamente aos salários pagos pelos governos federal e regional. “Em Brasília, há um grupo da população com renda elevada e,

apesar da existência de um grupo pobre, ele não é numeroso a ponto de puxar a média para baixo”, afirmou o diretor de Pesquisas do Ipea, Claudio Considera. Segundo ele, se as instituições financeiras fossem excluídas do cálculo do PIB regional, Brasília, ainda assim, permaneceria como a primeira colocada na renda per capita, com US\$ 5 mil.

Reformas para garantir crescimento

O crescimento de 5% ao ano na economia brasileira seria suficiente para aumentar a população ocupada em torno de 3%. Este percentual é superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa, de 2,5% ao ano. A afirmação é do diretor de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Claudio Considera.

“O potencial da economia brasileira e as necessidades materiais da sociedade exigem resultados melhores”, disse Considera, durante o lançamento em Brasília do “Visor Ipea”, uma nova publicação mensal do órgão, ligado ao Ministério do Planejamento. No entanto, na avaliação do pesquisador, será difícil alcançar esses resultados sem as reformas constitucionais.

Até o final deste ano a economia deverá crescer cerca de 3%, portanto abaixo dos 4,2% registrados em 1995. A geração de empregos será menor que em 1995, de acordo com o Ipea. No primeiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) ficou 1,7% abaixo do registrado no

mesmo período do ano passado, e foram criados apenas 186 mil empregos. A queda no crescimento se deve à política econômica do governo adotada no segundo semestre passado para evitar problemas no balanço de pagamentos.

A tendência de queda da economia deverá ser revertida, na análise do Ipea. Segundo o presidente do órgão, Fernando Rezende, mesmo

que as reformas constitucionais não sejam tão ousadas quanto o governo gostaria, está havendo avanços em outro gargalo da retomada do crescimento econômico, que é o déficit fiscal. “Em 1996 esse quadro será mais favorável que em 1995. As contas dos governos federal, estadual e municipal estão melhorando”, disse Rezende.

(L.E.L.)

REGISTRO

Previsão de superávit comercial em maio

A balança comercial brasileira deve apresentar superávit em maio, previu ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, com base nos resultados das exportações do País computados até o último 24 de maio. Segundo dados divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, as exportações totalizaram, até aquele dia, US\$ 3,563

bilhões, com uma média diária de US\$ 209,3 milhões, contra os US\$ 203,4 milhões de média de abril.

Rennó quer mudanças na lei de licitações

O presidente da Petrobrás, Joe Mendes Rennó, defendeu ontem mudança na lei de licitações para que empresa se torne mais ágil e possa competir em pé de igualdade com as empresas privadas. Rennó disse que a lei atual cria obstáculos para a eficiência operacional da empresa.

PIB per capita

(Em 1994 - em US\$)

Distrito Federal	7.089
São Paulo	4.666
Rio de Janeiro	4.386
Paraná	3.674
Rio Grande do Sul	3.670
Santa Catarina	3.405
Mato Grosso do Sul	3.109
Amazonas	2.888
Espírito Santo	2.866
Minas Gerais	2.833
Goiás	2.441
Amapá	2.436
Mato Grosso	2.268
Acre	2.151
Pará	2.017
Roraima	2.091
Bahia	1.839
Rondônia	1.794
Rio Grande do Norte	1.789
Pernambuco	1.603
Alagoas	1.372
Ceará	1.287
Paraíba	1.108
Maranhão	1.055
Sergipe	958
Tocantins	901
Piauí	835
Brasil	3.579